

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE CAMPINA GRANDE-PB

Fabiano Santiago Cruz¹, Anuska Batista da Silva², Julianne Menezes Paiva³, Adriana Freire Pereira Férriz⁴

¹ Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. Alberto Santos, nº 85, fabianosantiago2005@ig.com.br

² Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. João Francisco de Araújo, nº 266, anuska_paz@hotmail.com

³ Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. Estácio de Sá, nº 675, jumpaiva222@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Serviço Social, R. Manoel Aires de Queiroz, nº 82, adriana_jua@yahoo.com.br

Resumo - O presente estudo teve como objetivo principal analisar a prática profissional dos assistentes sociais que atuam nas universidades públicas de Campina Grande-PB. Os objetivos específicos foram: traçar o perfil dos assistentes sociais que atuam nessas instituições, identificar as demandas mais recorrentes e os instrumentos técnico-operativos mais utilizados para darem as respostas profissionais cabíveis. Devido o número reduzido de profissionais atuando nas universidades em Campina Grande-PB, optamos por trabalhar com a totalidade dos sujeitos, ou seja, 03 (três) profissionais de Serviço Social, vinculados às universidades Estadual da Paraíba e Federal de Campina Grande. A investigação foi conseguida por meio da revisão da literatura referente à temática e pela aplicação de um questionário com perguntas fechadas. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Os resultados nos possibilitaram perceber que o assistente social deve construir a sua prática profissional no cenário educacional por meio dos valores e princípios assumidos por seu projeto profissional ético-político que propõe a emancipação dos sujeitos na sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Prática profissional.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Este trabalho teve como objetivo analisar a prática profissional dos assistentes sociais que atuam nas universidades públicas na cidade de Campina Grande-PB. Bem como, identificar o perfil dos profissionais atuantes, as demandas atendidas e os instrumentos técnico-operativos que fazem uso para atenderem tais demandas.

A importância desse estudo justifica-se inicialmente, pelo crescente índice de profissionais inserindo-se nesse espaço ocupacional. Considerando ainda a escassa produção teórica sobre a prática do Serviço Social na área de Educação, a pesquisa pretende contribuir com a produção de conhecimentos na área, especialmente, no que se refere à prática profissional nas universidades públicas e as condições de trabalho as quais os assistentes sociais são submetidos, subsidiando os profissionais com informações e reflexões necessárias para o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.

Material e Métodos

O estudo configura-se como analítico-descritivo, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada nas universidades públicas da cidade de Campina Grande-PB. Sendo elas a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Compõem os sujeitos da pesquisa, todos os assistentes sociais atuantes na política de Educação das universidades supracitadas. Logo, nossa distribuição deu-se por: dois assistentes sociais da Universidade Estadual da Paraíba e um da Universidade Federal de Campina Grande, somando no total de três sujeitos, dessa forma, trabalhando com a totalidade.

Inicialmente uma das técnicas e instrumentos que utilizamos em nossa pesquisa foi o questionário, objetivando assim suscitar dos informantes respostas sobre o tema em questão. Recorremos, também, às entrevistas, todas elas foram realizadas com consentimento dos entrevistados.

O processo de sistematização e análise foi desenvolvido através da categorização, seguindo as etapas do método análise de conteúdo. Assim, tratamos a análise das entrevistas de forma qualitativa e codificada em categorias que, obviamente foram organizadas e determinadas pelas questões de interesse da pesquisa.

Ressaltamos ainda, a preocupação em assegurar a não identificação dos sujeitos entrevistados, resguardando a privacidade e o sigilo de suas identidades. Em função disso, optamos por codificar os seus nomes quando da citação das suas respostas contidas neste trabalho, representado pela ordem alfabética.

Resultados

Diante dos dados coletados com os profissionais, observamos que os mesmos se configuraram em um público predominantemente feminino, correspondendo a um percentual de 66,66 % em detrimento a 33,34 % do sexo masculino. Esses dados retratam o que historicamente tem sido uma característica do Serviço Social: constituir-se como uma profissão feminina. Apesar de esse cenário vir apresentando mudanças com a gradativa inserção de homens nos cursos de graduação em Serviço Social, a profissão continua a ser constitutiva em sua grande maioria por mulheres.

No que se refere à faixa etária, 33,34% tem idade compreendida entre 21-30 anos e 66,66% possui idade superior a 41 anos.

No tocante a formação profissional, quando perguntados qual a Instituição de Ensino de conclusão do curso de graduação, os entrevistados apontaram como unanimidade a Universidade Estadual da Paraíba, embora um profissional tenha concluído o curso na antiga URNE (Universidade Regional do Nordeste) atual UEPB. Esse fator se deve ao reconhecimento da instituição no processo de formação de estudantes em nível de graduação nas mais diversas áreas do saber, pautado pelo tripé que rege a academia: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, tendo como base a atual crise que a universidade pública brasileira passa, em função das políticas neoliberais, consideramos que os profissionais tenham recebido uma formação de qualidade, pois, a possibilidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão consente um melhor embasamento teórico e, conseqüentemente, prático ao atuar na realidade concreta. Esses elementos não são contemplados nas faculdades particulares, haja vista, o intenso incentivo na atualidade para a sustentação desse modelo que visa apenas o lucro. Essa prioridade do privado em detrimento da universidade pública

é nitidamente evidenciada na atual conjuntura, em que a infra-estrutura em muitos momentos não favorece ao pleno desenvolvimento dos estudantes, faltam laboratórios de pesquisas, a literatura contida nas bibliotecas é defasada, além de em muitos casos, oferecerem baixos salários, em que os professores se submetem a contratos temporários, fragilizando a continuidade do processo de acompanhamento e desenvolvimento de pesquisas a longo prazo, elemento de extrema importância para que seja desmistificado a dissociação entre teoria e prática.

Em relação ao ano de conclusão do curso de graduação, os dados obtidos nos mostram que se dá em períodos distintos. Um dos entrevistados concluiu nos anos 2000, período em que o país encontra-se impetrado pela dinâmica neoliberal, requerendo profissionais qualificados para a mão de obra. Constatamos também que um deles concluiu na década de 1990, momento em que a sociedade vem de um período de luta por redemocratização, de intensas ações em favor da garantia e conquista de direitos sociais. Já o outro profissional concluiu na primeira metade da década de 1980, período de efervescência política com o fortalecimento do movimento de democratização do país, iniciado com a resistência à ditadura militar na década anterior, que repercutiu diretamente na profissão.

Entretanto, os dados referentes à continuidade no processo formativo, após a saída da universidade, merecem atenção especial, pois, apenas 33,33% dos profissionais possuem pós-graduação em nível de especialização, 33,33% está cursando e 33,34% não possuem. Assim, a busca pela inserção em cursos de pós-graduação se torna necessariamente evidente, não restringindo, portanto, a formação profissional ao espaço de universidade no período da graduação.

Observamos que é devido a essa busca que o profissional pode garantir espaços de renovação e reflexão crítica de sua *práxis* no âmbito das relações institucionais e profissionais. Possibilitando um alargamento da visão sobre si mesmo, da sua profissão e dos sujeitos que dependem de sua atuação, bem como da realidade em que estão inseridos.

Quanto à capacitação continuada e a constante prática da pesquisa como base para dar cientificidade ao Serviço Social apenas o Assistente Social A não possui artigos e/ou resumos publicados e não costuma participar de eventos da categoria, alegando que a área da profissão que mais lhe interessa seria a Psicossomática, desconhecendo o mesmo que esta referida discussão não é contemplada pelo Serviço Social.

O vínculo no serviço público efetivo através de concurso (66,66% dos profissionais) como prevê a

Constituição Federal de 1988 possibilita a esses profissionais, melhores condições de trabalho, sobretudo, porque torna a prática profissional mais propositiva, na tentativa de garantir com mais veemência os direitos dos usuários da instituição. Ainda verificamos a existência de inserção profissional proveniente da relação contratual sem concurso público (33,34%), logo sendo regularizado devido tal inserção ter sido efetivada antes da Constituição.

Com a intenção de avaliar a experiência profissional dos assistentes sociais, especificamente na área de educação, questionamos o tempo que os profissionais atuam nesta área, observa-se que todos (100%) possuem contato com a política educacional por mais de 02 (dois) anos.

Por unanimidade, conforme a Lei Nº 8.662 de 07 de julho de 1993 que regulamenta a profissão, todos os profissionais possuem registro no CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) 13ª região, embora o Assistente Social A tenha deixado claro que infelizmente possui o registro, não nos apresentando razões evidentes para tal colocação.

Todos os profissionais entrevistados aferem uma renda mensal superior a 04 (quatro) salários mínimos. Apenas a carga horária de um profissional é maior que as 30 (trinta) horas semanais previstas na Lei Nº 12.317/2010 que acrescenta dispositivo à Lei Nº 8.662/93, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social sem redução salarial.

No que se refere ao público atendido pelos assistentes sociais, 33,33% dizem atender apenas os alunos da instituição, 33,33% aos alunos e professores e 33,34 aos professores e demais funcionários.

Ao serem perguntados a respeito de supervisionarem ou não estágio em Serviço Social, todos afirmaram não supervisionar, indo a desacordo com o artigo 5º, inciso VI, da Lei nº 8.662/93, que coloca como atribuição privativa do assistente social “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”.

Quanto aos limites na efetivação da prática profissional identificamos posições divergentes entre os profissionais (66,66% dizem ter desafios para o exercício profissional). Na literatura atual da área, são apontados inúmeros desafios e limites para a efetivação da prática profissional, os principais são: os de caráter estrutural, conjuntural e institucional.

Porém, identificamos uma postura ingênua do Assistente Social A acerca da inexistência de dificuldades no cotidiano profissional, quando sabemos que são inúmeros os desafios colocados para o Assistente Social no interior das

instituições. Nesse sentido, reconhecemos que é possível justificar essa visão desconectada com a realidade atual a outros elementos, como a falta de um referencial teórico, de conhecimento e apropriação das competências baseadas nas dimensões propostas pela profissão na atualidade.

Todos os investigados afirmaram que as atribuições específicas do Serviço Social desenvolvidas nas instituições que estão inseridos são previamente definidas pela própria instituição, porém alegaram ter autonomia para elaborar e desenvolver atividades.

Perguntados quais eram as principais demandas atendidas pelo setor, 33,33% revelou fazer apenas a seleção dos alunos no que diz respeito ao ingresso para os Programas do Restaurante Universitário (RU) e para os Programas de Residência Universitária (PRU), 33,33% disse que além das atribuições citadas anteriormente também solicitam atendimento para os alunos nas clínicas de Odontologia e Psicologia da própria instituição e para outros centros médicos. Enquanto que, 33,34% desenvolvem outros trabalhos, como concessão de vales transportes para funcionários.

Todavia, o Código de Ética Profissional aponta que as atribuições dos Assistentes Sociais vão além do simples atendimento e encaminhamento, como assinala a Lei nº 8.662/93 em seu Art. 5º, inciso I: “constituem atribuições privativas do Assistente Social: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”.

Então, percebemos que as atribuições do profissional de Serviço Social devem exceder o simples atendimento, sendo de sua competência também o planejamento, a organização e a administração de programas, além da elaboração dos mesmos.

Questionamos a respeito da existência de uma equipe multiprofissional, para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar. Averiguamos que o Assistente Social A não trabalha em conjunto com nenhum outro profissional, o Assistente Social B com uma equipe composta por psicólogos, administradores e técnico de segurança do trabalho e o Assistente Social C desenvolve seu trabalho com uma administradora.

Buscamos descobrir quais os instrumentos técnico-operativos utilizados na prática para atender as demandas que lhes são apresentadas. Nessa parte da investigação, foram apontados como instrumentos utilizados cotidianamente pela maioria dos profissionais: a visita domiciliar, a entrevista, o atendimento individual e as reuniões. Apenas o Assistente Social A, assegurou usar exclusivamente um instrumento para sua intervenção, que seria a análise documental para

conceder o ingresso dos alunos em programas de assistência estudantil.

Esse fator se deve, dentre outras razões, a uma limitação profissional, no sentido que, anteriormente, nos disse ter autonomia na instituição para desenvolver outras atividades e executá-las da maneira que melhor lhe convir. Contudo, o profissional reconhece os instrumentos como sendo apenas formas de aproximação com o público alvo dos seus serviços, deixando-o desprovido de um caráter ético-político e técnico-operativo.

Em relação à necessidade visualizada acerca dos instrumentos técnico-operativos para os profissionais de Serviço Social, a importância dos mesmos se ratifica na prática cotidiana, pois, dentre outras questões possibilitam ao profissional um maior conhecimento da realidade em que estão inseridos, fornecendo melhores respostas às demandas que lhes são apresentadas.

Diante do exposto, destaca-se a importância da atuação de um profissional crítico, ético, propositivo, criativo e dinâmico, na compreensão da realidade social e de contradições, no enfrentamento das diversas expressões da questão social que se manifestam no cotidiano, com um sentido ético e político voltado para contribuir na luta pela igualdade social, pela cidadania e pela garantia de direitos.

Discussão

Discorrer sobre o Serviço Social na Política de Educação no Brasil torna-se uma tarefa de bastante complexidade, levando-se em consideração ser a “questão social” o foco de atuação profissional, a política de Educação um espaço para a atuação do assistente social e todos os problemas nela inseridos expressões da questão social e as demandas apresentadas requererem do profissional um perfil diferenciado para atender a estas demandas.

O Serviço Social nasce no Brasil na década de 1930 como uma profissão prática interventiva, através de várias instituições prestadoras de serviço que atendiam às necessidades sociais de uma sociedade majoritariamente excluída do acesso à riqueza. Verifica-se a partir de então, condições históricas e materiais que explicam e alargam essas ações sociais, determinando a legitimidade de uma profissão. Assim sendo, cabe lembrar que inicialmente a profissão tinha sua intervenção pautada em um arranjo teórico-doutrinário-operativo, com forte influência da Igreja Católica, de caráter assistemático, paliativo e sem uma base teórico-metodológica que fundamentasse a sua prática, não fazendo referência aos problemas existentes no interior da

sociedade. Dessa forma, tudo era tratado como um problema de cunho moral, individual, tendo como forma de enfrentamento a repressão moral (IAMAMOTO, 2005).

Diante dessa conjuntura, o Serviço Social é impetrado pelas necessidades postas pela sociedade que passava de um padrão agro-exportador para um padrão industrial, em que a burguesia ascendente leva a composição de um proletariado crescente. Surgindo assim a matéria-prima de intervenção do Serviço Social na sociedade, a denominada “questão social”.

Conforme Cerqueira Filho (1982 a questão social latente até 1930, não era uma questão legal, mas ilegal, perturbadora e que, deste modo, deveria ser tratada no interior dos aparelhos do Estado, precisando ser argüida com a ajuda de políticas sociais que viessem a ajudar o Estado nessa tarefa. Portanto, o Serviço Social foi uma das profissões que mais contribuiu nesse processo, não estando a serviço das classes dominadas pela estrutura dominante, mas com a atuação voltada “apenas a grupos e frações restritos às classes dominantes [...] e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes” (IAMAMOTO, 2005, p. 127).

Em 1936 foi criada a primeira Escola de Serviço Social, em São Paulo, para originar mão-de-obra profissional e atuar de forma eficaz em favor da classe dominante. Por sua vez, a imagem profissional no momento de sua composição era a de um profissional neutro, reproduzidor de comandos pré-estabelecidos a partir de padrões europeus. O recrutamento desses alunos era feito através de rigorosos critérios, sendo em um primeiro momento só admitido mulheres para o “serviço”. As chamadas “moças da sociedade” recebiam um tratamento especial para atuar sobre a questão social que estava posta pelo sistema (IAMAMOTO, 2005).

Amaro (1997, *apud* PIANA, 2008) coloca que, segundo relatos históricos, em 1946, os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, foram os precursores no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Educacional. As atividades profissionais eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que ecoassem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervirem em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social.

Com a estabilização da profissão no Brasil, as aflições com o modo de atuar frente à realidade começam a inquietar a profissão. O modelo de ação profissional importado da Europa já não dá mais conta de atuar na realidade brasileira e

assim, começam a se gestar mudanças significativas no que dedilha ao perfil profissional. A postura teórico-metodológica propicia a construção de três vertentes dentro da profissão: a conservadora, que se utiliza dos padrões caritativos, a modernizadora que se utiliza do suporte positivista e a vertente crítica que ao se aproximar de uma leitura mais real da sociedade concreta, buscava questionar através da teoria marxista a estrutura social vigente (IAMAMOTO, 2005).

Posterior ao período de desenvolvimentismo da década de 1950, o país passa por um período mais popular e democrático e o Serviço Social assume, em conjunto com a sociedade, uma postura questionadora, culminando com o Movimento de Reconceituação, movimento este que conduz a erosão do Serviço Social e sua prática tradicional.

Netto (2007) destaca que o Serviço Social até meados da década de 1970 permaneceu arraigado por uma vinculação ideológica, seja ela por subordinação ou opção ao projeto político do Estado, corroborando com a ordem vigente. Durante as décadas de 1960 e 1970 a profissão estava inserida em um contexto de inúmeros questionamentos, em que propiciaram os Seminários de Teorização do Serviço Social, sendo eles o de Araxá, em 1969 e o de Teresópolis em 1970, o que possibilitou o aprofundamento das reflexões que irão propiciar no ano de 1978 o Seminário de Sumaré. Tudo isso vai contribuir para que o Serviço Social se questione sobre sua postura de atuação, possibilitando o amadurecimento da profissão.

Todavia, foram com o Movimento de Reconceituação baseado nos desdobramentos críticos da identidade profissional e com o rompimento com o Serviço Social conservador e tradicional que a intervenção no contexto educacional ganhou novos aspectos e destaque, em especial na década de 1980 (NETTO, 2007).

Na sociedade atual, se atenuam as incoerências entre capital e trabalho, acentuam-se as desigualdades sociais e a “questão social” torna-se cada vez mais expressiva, sendo indispensável à intervenção profissional do Assistente Social, haja vista que, muitas das demandas que se apresentam, merecem do Serviço Social uma intervenção planejada, mediante estudos, pesquisas, para que novamente não caia na superficialidade das ações, ficando o profissional restrito à imediatividade dos problemas sociais e retomem as práticas caritativas que por muito tempo dominaram a profissão (IAMAMOTO, 2005).

Frente a esse contexto torna-se necessário decifrar o significado político da inclusão do Serviço Social na política de educação, pois este

se vincula à trajetória histórica desta profissão e sua constante busca de conhecimentos direcionados ao campo das políticas sociais, podendo cooperar para a necessária articulação de forças sociais na luta pela educação pública e de qualidade como direito social.

No tocante as atuações do Serviço Social na Política de Educação, geralmente têm-se nos dias atuais um Serviço Social limitado à educação infantil em creches e pré-escolas e ao ensino fundamental no qual surgem várias expressões da questão social, tais como dificuldades socioeconômicas das famílias, o uso indevido de drogas, crise de valores éticos e morais, que geram a indisciplina, o baixo rendimento escolar, a evasão escolar e a falta de perspectiva de um futuro educacional. Enquanto no ambiente das universidades existem algumas iniciativas universitárias que ocorrem no domínio de Projetos de Extensão Universitária, através de supervisão de estágios na relação aluno e professor e na concessão de bolsas a alunos universitários de baixa renda, mas é ainda um trabalho elementar, devido à ausência de profissionais nessa área (PIANA, 2008).

Ademais, evidencia-se que embora o trabalho do assistente social na educação ainda não se tenha alargado de forma expressiva no mercado de trabalho em seu aspecto teórico e interventivo, o profissional tem realizado um trabalho que não se restringe à escola, mas vem passando por um processo de reconhecimento da profissão com o seu trabalho de assessoramento na elaboração e execução de políticas sociais em universidades públicas.

O profissional de Serviço Social por possuir preparação técnico-metodológica diante das situações da questão social, reforça a importância deste serviço em uma equipe interdisciplinar, trabalhando não somente com base na política educacional, como ainda no ramo dos direitos sociais, construção de um projeto político-pedagógico voltado para a ampliação e garantia de direitos.

Almeida (2004) evidencia que atualmente a política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos, visto todas as mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas do século vinte no mundo de produção capitalista.

Concordando com Almeida (2000) é imprescindível destacar que as demandas prementes do setor educacional, em especial realçamos o campo universitário, no que se refere a sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social recaem em diversas situações, visto que há a necessidade de se trabalhar com a comunidade, com os próprios professores, sem deixar de lado a

ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social.

Em suma, a presença dos Assistentes Sociais na Educação apregoa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é fundamental. Cabendo salientar que a introdução do Serviço Social na educação contribuirá na garantia da democratização, do acesso do cidadão à educação, na qualidade do ensino e no desenvolvimento cultural do indivíduo.

Por fim, levando em consideração todas as colocações já expostas anteriormente e com o objetivo de compreender e explicar a importância da atuação do Serviço Social na política educacional, enquanto propositor e elaborador de políticas sociais, apresentaremos a seguir os resultados obtidos de uma pesquisa com os Assistentes Sociais das universidades públicas de Campina Grande-PB.

Conclusão

Considerando todas as colocações expostas anteriormente, a investigação nos trouxe reflexões acerca do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no campo da educação, precisamente na educação superior, possibilitando refletir a prática dos profissionais nesse âmbito.

A integração entre Serviço Social e educação é uma experiência nova (embora os registros históricos datem quase um século de inserção), pouco conhecida pela maioria dos próprios assistentes sociais. As barreiras enfrentadas são imensas, mas os resultados que podem ser obtidos, são bastante gratificantes. Observamos que é preciso refletir sobre a questão, buscar respaldo teórico que enriqueça a discussão e, sobretudo, divulgar as experiências existentes, tendo em vista a pouca produção teórica na área.

A prática desenvolvida pelos profissionais entrevistados ainda é muito restrita a concessão de benefícios, não desenvolvendo outras atividades que competem ao profissional de Serviço Social conforme atribuições previstas na Lei N° 8.662/93 que regulamenta a profissão. Isso significa que os profissionais não conquistaram por meio do seu trabalho profissional técnico-operativo e ético-político uma intervenção propositiva, transformadora, criativa e qualificada, como características efetivas da profissão.

Pois, como salienta Iamamoto (2005), o assistente social para dar respostas às demandas contemporâneas precisa se afirmar como um

profissional propositivo, capaz de ultrapassar os impasses institucionais.

Este artigo se propôs a transmitir aos leitores a importância da contribuição e ao mesmo tempo, a extrema urgência do desempenho do exercício profissional do assistente social junto às universidades. Sabendo-se que este é ainda um campo de atuação muito novo para o Serviço Social, poderíamos dizer que a categoria dos assistentes sociais articula-se em constante luta para conquistar este espaço, como campo de atuação e de intervenção profissional, vendo as necessidades, a real demanda e problemática social que é apresentada no setor educacional

Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço social na educação. **Inscrita**, n. 6. Brasília, DF: CEFESS, p. 19-22, 2000.

- _____. Serviço Social na educação: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na área de educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. Disponibilizado pelo www.cress-mg.org.br. Acesso: 13/09/2010.

- CERQUEIRA FILHO, Gilásio. **A “questão social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei 8.662/1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: out. 2010.

- IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007

- PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Franca, SP: UNESP, 2008, 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.